

DEBATE

AS MUDANÇAS NO SISTEMA PRONOMINAL DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: SUBSTITUIÇÃO OU ESPECIALIZAÇÃO DE
FORMAS?

Esmeralda Vailati NEGRÃO (USP)

Ana Lúcia MÜLLER (USP)

ABSTRACT: The aim of this paper is to argue against a generalization current in recent researches about changes taking place in the pronominal system of Brazilian Portuguese, which assumes that the third person possessive forms seu(s), sua(s) and the empty form of personal pronouns are doomed to disappear.

Based on empirical analysis, the authors show that those forms are attested in spoken Brazilian Portuguese but with a specialized use.

key-words: anaphora; pronominal system; pro-drop language; weak agreement.

Palavras-Chave: anáfora; sistema pronominal; linguas pro-drop; concordância fraca.

0. Introdução

Neste trabalho argumentamos em favor da hipótese de que as mudanças em curso no português do Brasil (doravante PB), mais especificamente, a questão da distribuição de categorias vazias e lexicais na posição de sujeito de sentenças desenvolvidas e a questão da distribuição das formas de possessivos de 3ª pessoa *seu* e *dele*, não podem ser caracterizadas como uma substituição de formas decorrente do desaparecimento de uma delas, mas são um caso de coexistência de formas no sistema pronominal do PB, com uma especialização no uso de cada uma delas: na posição de sujeito das sentenças a categoria vazia coexiste com a categoria lexical e, no

sintagma nominal, *seu* e *dele* alternam-se em condições que serão precisadas.

Para que essa argumentação possa se sustentar, lançamos mão de um conjunto de análises empíricas quantitativas, tanto feitas por nós mesmas em trabalhos anteriores, como desenvolvidas por outros pesquisadores.

A importância dessa hipótese advém do fato de ela poder oferecer explicações para a natureza das propriedades associadas ao parâmetro do sujeito nulo e dessa maneira, contribuir com a discussão já bastante avançada por trabalhos de linguistas brasileiros sobre a direção tomada pelo PB com relação a esse parâmetro. Sendo assim, o trabalho é composto de três partes: a primeira trata da caracterização do parâmetro do sujeito nulo; a segunda discute os estudos sobre a mudança no PB; e a terceira analisa fatos empíricos sobre as categorias ocupando a posição de sujeito e sobre a alternância *seu/dele*.

1. O parâmetro do sujeito nulo

A proposta de um modelo de gramática construída a partir de princípios universais e de princípios parametrizáveis no âmbito da teoria gerativa recolocou, sob novo enfoque, a questão da variação e da mudança lingüísticas. A correlação de algumas propriedades gramaticais com o fato de que, em certas línguas e não em outras, o sujeito de uma oração finita não precisa necessariamente vir lexicalmente expresso deu origem à postulação do parâmetro conhecido como o parâmetro do sujeito nulo (ou parâmetro pro-drop), em torno do qual as línguas naturais parecem poder ser agrupadas.

A partir de sua postulação, o parâmetro do sujeito nulo (doravante PSN), e suas propriedades, vem sendo discutido por linguistas dedicados ao estudo das mais diversas línguas naturais. Para a maioria deles, as propriedades do PSN estão associadas às características assumidas pelo sistema de flexão verbal nessas línguas. Mais especificamente, essa associação baseia-se na intuição de que línguas contando com um sistema visível de marcas de concordância número-pessoal nos verbos (AGR "rico") admitem

sujeitos não realizados lexicalmente (vazios ou nulos), porque sua interpretação pode ser recuperada a partir da concordância.

Rizzi (1982) associa riqueza morfológica a duas propriedades da flexão verbal:

- (a) AGR pode ser especificado pelo traço [+pronome];
- (b) AGR pode ser referencial, isto é, possibilita a identificação de um referente.

Essas propriedades dividem as línguas naturais em três diferentes grupos: (i) línguas que apresentam propriedades (a) e (b), e, portanto, que permitem categorias vazias em posição de sujeito, cuja referência pode ser identificada (italiano e espanhol); (ii) línguas que apresentam somente a propriedade (a) e que, conseqüentemente, permitem categorias vazias somente quando uma interpretação impessoal é possível (holandês e islandês); e (iii) línguas que não possuem nenhuma das propriedades e que, portanto, não admitem categorias vazias (francês e inglês). Línguas apresentando somente a propriedade (b) são impossíveis teoricamente.

Huang (1982, 1984) reavalia a relação entre o PSN e a riqueza de AGR a partir dos dados do chinês, língua em que, embora os verbos não apresentem marcas de concordância, ainda assim categorias vazias podem ocupar não só a posição de sujeito de suas sentenças, mas também a posição de objeto. Por isso sumariza a possibilidade de ocorrência de categorias vazias (cv) em dois parâmetros: o primeiro distingue línguas que admitem tópicos nulos de línguas que não os admitem. Em tais línguas a cv que ocupa a posição de objeto é uma variável presa a um tópico nulo. Esta possibilidade pode ser englobada num parâmetro tipológico mais geral que dividiria as línguas naturais em línguas orientadas para o discurso e línguas orientadas para a sentença. O segundo parâmetro é o PSN. Huang ressalta, porém, a imprecisão da caracterização do PSN em termos de "riqueza morfológica".

Importante contribuição para a determinação do PSN é dada por Rizzi (1986). Com o objetivo de caracterizar a cv com interpretação genérica em posição de objeto de certos verbos do italiano, analisa tal

cv como *pro*, mostrando evidências contrárias a seu tratamento como variável. Surge, então, o problema de como *pro* pode recuperar sua interpretação, uma vez que o italiano não possui marcas de concordância de objeto. Para tanto, o autor dissocia as condições de licenciamento de uma cv, das condições para sua identificação.

Essa dissociação também é assumida por Jaeggli & Safir (1989) que, ao elaborarem as condições de licenciamento de cv's, substituem a noção de "AGR rico" pela de "uniformidade morfológica". Para os autores, línguas com paradigmas morfológicamente uniformes contendo ou só formas derivadas, ou só formas não derivadas, seriam línguas que licenciariam o sujeito nulo. É no processo de identificação que a noção de "AGR rico" reaparece. A identificação de *pro*, ou é feita localmente por meio de regência da cv por uma categoria que contenha AGR, ou, quando não houver regência local por um AGR que contenha traços número-pessoais, a cv é identificada por ligação com um sintagma nominal que a c-comande.

Um número significativo de estudos sobre a sintaxe do português brasileiro, língua que admite sujeitos nulos, vem apontando estar ela atravessando um processo de mudança em alguns aspectos de sua gramática. Roberts (1993) assim se refere à importância de estudos que se debrucem sobre tal mudança:

"Se pudermos documentar uma língua mudando o valor do PSN, poderemos então checar o sistema flexional verbal em busca de mudanças morfológicas, uma vez que se espera que surja alguma correlação." (p.413)

A rápida exposição das principais formulações do PSN se faz necessária porque cada uma delas tem coisas diferentes a dizer com relação a esse quadro de mudança. Assim, esse trabalho pretende contribuir para a caracterização da mudança em curso no PB e, conseqüentemente, contribuir para a caracterização do PSN.

2. A mudança no português brasileiro

Dentre os vários trabalhos que analisam as mudanças em curso no PB, discutiremos a análise de Galves, desenvolvida numa série de

artigos (1984, 1988, 1989, 1993, entre outros) porque, embora sua pesquisa incida mais diretamente sobre o objeto nulo do PB, quando a autora busca uma explicação mais geral para esse fenômeno, numa abordagem paramétrica, acaba por sumarizar os diversos aspectos da mudança tratados por outros pesquisadores. Não se discutirá aqui cada um dos artigos, mesmo porque o tratamento teórico dado aos fenômenos gramaticais observados vai se modificando ao longo do tempo. Trata-se, sim, de captar as intuições mais gerais que subjazem a todas as análises para, a partir delas, desenvolver nossa visão sobre as mudanças do PB.

Nesse sentido, o artigo de 1984 é muito importante, pois nele Galves caracteriza o PB como língua integrante do parâmetro tipológico "língua orientada para o discurso", inspirada nos trabalhos de Huang já comentados. Essa posição é tomada com base numa análise da distribuição de cv's e pronomes, em posição de sujeito e em posição de objeto, em sentenças simples e encaixadas (relativas e completivas). Conclui a autora que na posição de sujeito de sentenças simples somente pronomes plenos podem ocorrer. Quanto às sentenças encaixadas, na posição de sujeito das relativas pode-se ter, ou uma cv com interpretação de variável presa a um elemento em COMP, ou um pronome, quando a interpretação de variável não for obrigatória. Já na posição de sujeito das completivas, encontram-se, quer uma cv pronominal ligada a um sintagma nominal em posição argumental (posição A) da oração matriz, quer um pronome livre. Com relação à distribuição de cv's e pronomes em posição de objeto, Galves constata que em sentenças simples podem-se encontrar tanto pronomes livres quanto cv's variável de discurso nessa posição. Em relativas, três tipos diferentes de categorias podem ocorrer: cv's variável de discurso, cv's variável ligada a um elemento em COMP e pronomes. Nas completivas, por outro lado, pronomes livres, pronomes remetendo a um SN em posição A na oração matriz, ou ainda, cv's variável presas ao tópico do discurso podem ocupar sua posição de objeto.

Das conclusões acima cabe ressaltar alguns pontos. Em primeiro lugar, a análise das cv's que ocupam a posição de objeto de sentenças simples ou orações encaixadas como variáveis presas a um tópico discursivo, análise esta que vai ser reformulada em artigos

posteriores. As reformulações por que passou essa análise devem-se a tentativas de dar conta da observação de que a cv em posição de objeto tem um comportamento que ao mesmo tempo em que a aproxima de uma variável, mostra propriedades tanto de uma cv anafórica, na medida em que depende referencialmente de um outro sintagma às vezes presente na própria sentença, quanto de uma cv pronominal, pois ela é livre no domínio do sujeito temático. Além disso, a autora opta por abandonar a análise da cv em posição de objeto como variável a partir da observação de que no PB, em contraposição ao português europeu, as cv's em posição de objeto não têm sua ocorrência restringida pelo princípio da subjacência.

Para abandonar a análise da cv objeto como variável, mas ainda captar a dependência referencial de tal categoria, a autora precisa abrir nas sentenças do PB uma posição A ocupada por sintagmas nominais (doravante SN's) que possam servir de antecedentes à cv, isto é, uma posição que faça parte do domínio dentro do qual pronomes e anáforas estão sujeitos aos princípios da teoria da ligação. Ou seja, para Galves, as sentenças do PB possuem duas posições de sujeito. Essa intuição, primeiramente expressa por meio de um nível de predicação, tal como proposto por Williams (1980), recebe uma formulação mais adequada na teoria da flexão dividida ("split INFL") de Pollock (1989). Vejamos cada uma dessas passagens mais detalhadamente.

No artigo de 1988, a autora começa discutindo a caracterização da cv em posição de objeto, feita em artigo anterior, como vestígio preso a um PRO ocupando uma posição de adjunto de INFL". Essa posição é legítima porque entre PRO e INFL" estabelece-se uma relação de predicação. Nas próprias palavras da autora:

"É nessa caracterização de INFL" como predicado que se encontra, segundo essa análise, a especificidade do português brasileiro: nas línguas em que INFL" não é predicado mas domínio de predicação, (11)¹ não é possível. Por outro lado INFL" ser predicado ou domínio de predicação² depende crucialmente da caracterização do elemento de concordância (AGR), nas diversas línguas."
(p.278)

Portanto, a hipótese mais geral, que está presente em todos os trabalhos de Galves, é que a possibilidade do objeto nulo do PB está intimamente ligada (se é que não depende de) às propriedades de sua estrutura sentencial. Já nesta primeira reformulação do estatuto das cv's em posição de objeto fica explícita a dependência entre essa análise e as características referenciais das marcas de concordância de INFL, ou seja, o fato de o PB apresentar um AGR enfraquecido. É esta condição que faz de INFL" (projeção máxima equivalente à sentença) um predicado e não um domínio de predicação. A natureza "fraca" de AGR também propiciava, no artigo citado, uma análise que não descartasse a estrutura proposta em (11) devido a uma violação dos princípios de ligação. "AGR fraco", não podendo funcionar como SUJEITO acessível, traz PRO, adjunto à INFL", para dentro do domínio pertinente para a aplicação dos princípios da teoria de ligação.

A observação de que o objeto nulo é sempre livre em relação ao sujeito temático e não se limita a ocorrer em posições a partir das quais movimento seja autorizado pelos princípios da teoria das fronteiras leva a autora a assumir a hipótese de que a cv em posição de objeto das sentenças do PB é a cv pronominal *pro*. Esta hipótese será mantida em todos os trabalhos subsequentes ao artigo de 1988, apesar da variação na sua implementação. Também se mantém nos demais artigos a já mencionada dependência entre a ocorrência desta cv e a estrutura oracional do PB, estrutura esta decorrente do fato do PB ter um "AGR fraco". O enfraquecimento da concordância do PB é uma mudança que acarretou todas as demais mudanças gramaticais observadas no PB. Essa posição é assumida explicitamente no artigo de 1993:

"Tentamos assim explicar em termos da teoria dos parâmetros o conjunto de mudanças sintáticas que aparecem no português do Brasil a partir do século XIX, derivando esse conjunto de uma só mudança subjacente. Sabemos que as mudanças morfológicas afetando os sistemas flexionais das línguas estão na origem de grandes seísmos sintáticos. Nesse sentido, não é de estranhar que a origem de uma nova gramática no Brasil esteja numa mudança na concordância." (p. 403)

A autora toma como evidência do processo de enfraquecimento da concordância ocorrido no PB o fato de ter havido, nessa língua, uma redução nos paradigmas de flexão verbal, uma vez que a substituição dos pronomes *tu* e *vós*, desencadeadores de marcas de flexão verbal de 2ª pessoa, pelas formas *você* e *vocês*, desencadeadoras de marcas morfológicas de 3ª pessoa, para referência à 2ª pessoa do discurso, eliminou as formas verbais com marcas morfológicas de concordância de 2ª pessoa. Para ela, o elemento de concordância do PB é fraco porque não é capaz de identificar as três pessoas do discurso. As marcas morfológicas de flexão contêm um traço de pessoa meramente sintático que opera uma oposição binária entre pessoa e não pessoa (formas de 3ª pessoa). A interpretação arbitrária atribuída à cv quando esta ocupa a posição de sujeito de uma sentença simples com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular reforça a hipótese de que a marca morfológica de 3ª pessoa expressa o traço da não-pessoa.

Como já foi dito, para Galves, o enfraquecimento da flexão tem como efeito uma reestruturação dos constituintes da sentença. Para explicar essa reestruturação, Galves utiliza as possibilidades analíticas abertas pela hipótese da flexão dividida proposta por Pollock (1989).

Um morfema "AGR fraco" não pode ocupar a posição de núcleo da categoria funcional cuja projeção máxima é AGR" que, por sua vez, tem como complemento a projeção máxima TP, cujo núcleo T é ocupado pelas marcas morfológicas de tempo contendo, a elas cliticizada, a concordância fraca. O verbo, ao subir para o núcleo T, lá recebe todas as marcas morfológicas de tempo e concordância e, portanto, não necessita subir para o núcleo funcional AGR. Os SN's sujeitos podem, então, ocupar a posição de especificador de TP, lá recebendo o caso nominativo. A posição de especificador de AGR" é agora a posição argumental (posição A) disponível para ser ocupada por SN's que, como nas análises anteriores, estabelecem a relação de predicação com a sentença vista como um predicado. A intuição de que as sentenças do PB possuem duas posições de sujeito, uma para o sujeito temático e outra para o sujeito da predicação, continua presente no artigo de 1993, formulada em outros moldes.

Desta breve exposição das principais características da mudança em curso no PB, a partir dos trabalhos de Galves, queremos recolocar algumas questões.

O estudo do objeto nulo do PB mostrou que esta cv apresenta um comportamento muito particular. Embora dependa referencialmente, para sua identificação, de um antecedente, o objeto nulo não parece submeter-se às restrições impostas às categorias vazias resultantes de movimento. Para dar conta deste comportamento, uma estrutura sentencial na qual duas posições argumentais têm domínio sobre a sentença são postuladas. A justificativa com poder explicativo para tal estrutura advém da mudança caracterizada como "enfraquecimento de AGR". A busca de evidências desse enfraquecimento tem, a nosso ver, levado a generalizações um pouco apressadas. Neste trabalho trataremos de duas delas, a partir de dois trabalhos de investigação empírica desenvolvidos por Negrão (1990) e Müller (1993).

A primeira diz respeito à generalização de que o enfraquecimento de AGR leva a um preenchimento da posição de sujeito por uma categoria lexical. A segunda diz respeito à generalização de que o enfraquecimento de AGR tem reflexos no SN, uma vez que as formas possessivas *seu(s)*, *sua(s)* de 3ª pessoa, tratadas como formas de concordância de SN, estariam desaparecendo, sendo substituídas pelas formas genitivas *dele(s)*, *dela(s)*. A análise do conjunto de dados empíricos alcançados pelas diversas pesquisas que têm como objetivo caracterizar a distribuição de cv's e pronomes em certas posições sintáticas ao invés de evidenciar a substituição de cv's por categorias lexicais, ou de *seu* por *dele*, mostram uma especialização na distribuição, já esboçada por Galves (1984), tanto para o caso das categorias em posição de objeto em sentenças simples, quanto para o caso das categorias em posição de sujeito e de objeto de sentenças encaixadas. Argumentaremos que esta especialização também está acontecendo na posição de sujeito de sentenças simples e para os possessivos nos SN's.

2.1. Sobre a relação entre o "enfraquecimento da flexão" e o preenchimento da posição de sujeito

Um aumento significativo do preenchimento da posição de sujeito (ver, por exemplo, o trabalho pioneiro de Tarallo, 1983 e o de Duarte, 1993) é um dado empírico, levantado por vários pesquisadores, sobre o português do Brasil. Há uma queda constante, desde o século XIX até o fim do nosso século, das ocorrências de sujeitos nulos referenciais³. Se em 1845, 80% das ocorrências em posição de sujeito eram de *cv*'s, em 1937 o número de ocorrências de *cv*'s cai para 50% e já em 1992 essa distribuição cai para 25% do total das ocorrências (dados de Duarte, 1993, gráfico 1). Este dado empírico, trabalhado no âmbito da teoria gerativa, leva ao questionamento do português do Brasil enquanto uma língua *pro-drop*, ou seja, uma língua que obedeceria ao PSN, expressa na indagação sobre em que tipo de língua estaria o PB se transformando.

Outro dado empírico para o qual os linguistas dedicados ao estudo do PB têm voltado sua atenção é o fenômeno chamado de "enfraquecimento da concordância". Uma mudança em nosso sistema pronominal, causada pela substituição de *tu* por *você*, resultou numa morfologia verbal que não é mais capaz de diferenciar entre 2ª e 3ª pessoas (ver paradigma 1 abaixo), e, dependendo do tempo verbal, entre 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular e entre 2ª e 3ª pessoas do plural (ver paradigma 2 abaixo). Se considerarmos, ainda, o crescente uso de *a gente* para a 1ª pessoa do plural, mais uma marca diferenciadora entre as pessoas verbais se perde (isto pode ser visto nos paradigmas 1 e 2, nos quais foi incluída a 1ª pessoa do plural com *a gente*).

	PARADIGMA 1	PARADIGMA 2
eu		canto
cantasse		
você	canta	cantasse
ele	canta	cantasse
nós	cantamos/a gente canta	cantássemos/cantasse
vocês	cantam	cantassem
eles	cantam	cantassem

Este "enfraquecimento" tornaria nossos morfemas de concordância incapazes de identificar referencialmente o sujeito vazio. Desta maneira, a explicação teórica usualmente oferecida pelos pesquisadores que trabalham com o PB no âmbito da teoria gerativa para o fenômeno do aumento histórico do preenchimento da posição de sujeito é o "enfraquecimento da concordância". O PB estaria caminhando para deixar de ser uma língua pro-drop e se tornando uma língua em que o preenchimento do sujeito (pelo menos do sujeito referencial) seria obrigatório, porque sua flexão se tornou "fraca", ou seja, incapaz de recuperar um sujeito referencial.

Ora, se o "enfraquecimento da flexão" é a causa do preenchimento progressivo da posição de sujeito, esperaríamos que o aumento de preenchimentos se desse especialmente naquelas pessoas para as quais a morfologia verbal não é mais capaz de identificar o sujeito (2ª e 3ª pessoas). Esperaríamos, também, uma maior proporção de preenchimentos para os casos em que há ausência de "concordância"⁴, ou seja, em que a pessoa do verbo não é a mesma que a do sujeito, conforme exemplificado⁵ em (1), (2) e (3).

- (1) "A maioria de minha [advertências] é só porque eu não fiz lição e por causa que eu briguei né. Os moleque começou a encher, eu...";
- (2) "É, porque... no primeiro bimestre eu teve duas vermelhas né. No primeiro bimestre eu teve uma vermelha, no segundo eu teve duas";
- (3) "Ah, eu tou jogando bola com o Marcelo, eles pegam vem, tira a bola, começa a brincar".

No entanto, uma observação cuidadosa dos dados chama a atenção para os seguintes fatos que, de certa maneira, seriam contraditórios com a hipótese de que o "enfraquecimento da concordância" é causa do aumento de preenchimento da posição de sujeito. Em primeiro lugar, historicamente o maior aumento de preenchimento da posição de sujeito se dá nas 1ª e 2ª pessoas. A 1ª pessoa do singular é exatamente a pessoa que tem mais chances de ser identificada pela morfologia verbal sem ambigüidade, ao passo

que a 2ª não tem como ser morfologicamente diferenciada da 3ª. No entanto, ambas se comportam de maneira semelhante em relação ao processo de aumento do preenchimento da posição de sujeito. Existe uma diferença enorme entre a história dos comportamentos das 1ª e 2ª pessoas, e do comportamento da 3ª pessoa. Enquanto para as primeiras, o preenchimento dá um salto enorme de 20% para a 1ª pessoa do singular e 40% para a 2ª pessoa do singular em 1845, passamos para um preenchimento de aproximadamente 80% para a 1ª e a 2ª pessoa do singular em 1992. Já para a 3ª pessoa, a proporção preenchimento/não preenchimento se mantém praticamente constante, em aproximadamente 50%, a partir de 1882⁶.

Dados sincrônicos comprovam esta assimetria no comportamento entre a 1ª e a 3ª pessoas. A tabela 1 nos apresenta o fenômeno, não sob o prisma da posição de sujeito, mas sob o prisma da flexão verbal. Ela oferece, para cada pessoa verbal, a percentagem de preenchimentos e de não preenchimentos da posição de sujeito. Para este *corpus*, a maior percentagem de preenchimentos se dá nas 1as pessoas do singular e plural (80% e 65,4%, respectivamente). Por outro lado, para o verbo com a marca morfológica de 3ª pessoa do singular ou plural, a proporção de preenchimentos e de não preenchimentos é aproximadamente a mesma, como se pode ver na tabela 1.

ESTRATÉGIAS	MARCAS MORFOLÓGICAS									
	1ps		3ps		1pp		3pp		Total	
		%		%		%		%	%	
preenchimento	179	80,3	297	58,4	17	65,4	24	53,3	517	64,4
não-preenchimento	44	19,7	212	41,6	9	34,6	21	46,6	286	35,6
Total	223		509		26		45		803	

Tabela 1: Distribuição das ocorrências verbais da amostra segundo as marcas morfológicas de pessoa e as estratégias de preenchimento da posição de sujeito (cf. Negrão, 1990, tabela 8, p.33).

Se compararmos os resultados totais da tabela 1 acima com os obtidos por Tarallo (1983, 1992) para 1981, apresentados na tabela 2 abaixo, poderíamos pensar que as proporções preenchimento/não preenchimento da posição de sujeito tendem a estabilizar-se. Apesar

das diferenças entre os resultados, que talvez possam ser atribuídas às diferenças entre os *corpora* utilizados⁷ e entre as categorias de análise estabelecidas. Tarallo encontra aproximadamente 80% de preenchimentos da posição de sujeito, ao passo que Negrão encontra aproximadamente 65% de preenchimentos desta posição, quase dez anos mais tarde⁸.

Tempo	1725	1775	1825	1880	1981
Sujeito	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%

Tabela 2: Evolução da retenção pronominal em posição de sujeito (elaborada a partir de Galves, 1993 *apud* Tarallo, 1983, 1992, tabela 1, p. 388).

Um outro fato que chama a atenção é a semelhança na proporção preenchimento/não preenchimento para os casos em que há concordância e para os casos em que não há concordância. Para o *corpus* analisado por Negrão, apenas 3% das ocorrências verbais de 3ª pessoa do singular não "concordam" com seu sujeito (cf. Negrão, 1990, seção 2.2). E, entre estas, apenas a metade tem sua posição de sujeito preenchida. Este fenômeno pode ser observado na tabela 3.

		3ps	
		%	
preenchimento	Item lexical plural	81	18,2
	Pronome indefinido	4	0,9
	Eu	5	1,1
	Nós	60	13,5
	Vocês	1	0,2
	Eles/elas	81	18,2
Subtotal		232	52,2
não-preenchimento	Concordância com predicativo	19	4,3
	Inversão do sujeito	52	11,7
	SN antecedente	98	22,1
	Que - relativo	43	9,7
Subtotal		212	47,7
Total		444	

Tabela 3: Distribuição das ocorrências verbais em 3ª pessoa do singular por subcategorias de análise e preenchimento/ não preenchimento da posição de sujeito (cf. Negrão, 1990, tabela 1, p.17).

Comparando-se os dados da tabela 3 acima com os da tabela 1, somos levadas a concluir que o padrão de preenchimento para a posição de sujeito quando o verbo está na 3ª pessoa do singular independe da presença ou ausência de uma "concordância" entre os traços morfológicos do verbo e a pessoa do sujeito. Portanto, os dados empíricos não parecem permitir inferir que o "enfraquecimento da concordância" é a causa do aumento de preenchimento da posição de sujeito.

É possível pensar numa especialização de nosso sistema pronominal, em particular no caso da 3ª pessoa, onde a alternância vazio/preenchimento poderia ser explicada pela postulação de uma cv presa. A pesquisa de Negrão mostra que, uma vez retirados da amostra os casos em que o não preenchimento da posição de sujeito (para o verbo com marca morfológica de 3ª pessoa do singular) acarreta uma interpretação impessoal⁹ (como nos exemplos (4) e (5)), a recuperação referencial do sujeito vazio nos demais casos se dá através da existência de um sintagma nominal antecedente (ver Negrão, 1990, seção 3.1). Isto pode ser entrevisto na tabela 3 ao se perceber que a maior parte dos não preenchimentos referenciais se dão para os casos em que há um SN antecedente ou um que-relativo.

- (4) "Chegou três carros de polícia lá, o cara pegou a arma assim"¹⁰;
- (5) "..., mas só que é ruim as escolas lá".

A explicação seria de que para uma língua que está desenvolvendo processos alternativos de recuperação de seus vazios, a recuperação de um sujeito referencial através da morfologia verbal se tornaria cada vez menos relevante.

Os dados apresentados mostram que a mudança nos paradigmas verbais do PB, chamada de enfraquecimento da concordância, não necessariamente acarretou um total preenchimento da posição de sujeito. Pelo contrário, mostram que a tendência de preenchimento é diferenciada com relação à pessoa gramatical e que houve uma certa estabilização nesse processo. Ao contrário do previsto em artigos recentes sobre as mudanças em curso do PB (ver artigos em Roberts

& Kato, 1993) este trabalho aponta para a possibilidade de uma outra explicação para esses fenômenos. Queremos ressaltar ser esta uma contraposição na explicação teórica das mudanças. As previsões empíricas quanto a distribuição de cv's e pronomes na posição de sujeito, feitas por Galves em seu trabalho de 1984 e resenhadas nas páginas 5 e 6 deste artigo, foram confirmadas pelos dados apresentados.

2.2. A gramática das formas possessivas de terceira pessoa

Nosso ponto de partida para pensar a distribuição das formas possessivas de 3ª pessoa foram os resultados da pesquisa¹¹ de Almeida (1993). Seu trabalho investiga a possibilidade de as formas possessivas *seu(s)*, *sua(s)* em seu uso de terceira pessoa não estarem sendo substituídas pela forma *dele(s)*, *dela(s)* no PB. A substituição de uma forma por outra tem sido assumida como um fato consumado nos trabalhos sobre o assunto¹².

Foram levantadas todas as ocorrências de terceira pessoa das formas possessivas *seu(s)*, *sua(s)* e *dele(s)*, *dela(s)*, correlacionando-as a seus sintagmas nominais antecedentes. O antecedente em questão foi buscado no texto como um todo e não apenas na sentença que continha a forma possessiva. Quando o antecedente imediato era uma forma pronominal, a busca prosseguia até o encontro do sintagma nominal pleno capaz de esclarecer o conteúdo semântico deste antecedente.

Os resultados desse levantamento mostram as duas formas possessivas ocorrendo com frequência significativa no *corpus* examinado, conforme se pode ver na tabela 4, em que a frequência de *seu* é de 46% e a de *dele* é de 54%. Estes dados são interessantes porque evidenciam que, pelo menos para o *corpus* examinado, a forma *seu* está longe da extinção.

FORMA POSSESSIVA	<i>seu</i>	<i>dele</i>	total
número de ocorrências	77	91	168
percentagem	46%	54%	100%

Tabela 4: Frequência das formas possessivas de terceira pessoa (elaborada a partir do *corpus* de Almeida, 1993).

Note-se que as freqüências de ambas as formas estão bastante próximas, devendo ser ainda observado que formas como "por *sua* vez" e "na *sua* maioria", que ocorreram diversas vezes no *corpus*, não foram consideradas por se tratar, talvez, de "frases feitas". Foi, também, deixado de lado o *seu* que retomava um *você* indeterminado e que ocorreu com bastante freqüência no *corpus* e foi desconsiderado o pronome possessivo *seu* cujo antecedente era um nome próprio de instituição, porque este tipo de nome próprio possui um comportamento semântico bastante diferente do do nome próprio de pessoa, e é na quase totalidade de suas ocorrências retomado pela forma *seu*. Este comportamento exigiria um estudo mais aprofundado para não enviesar os resultados do levantamento, pois, como se verá na seqüência do trabalho, tenta-se estabelecer uma correlação entre o tipo semântico do antecedente e a forma possessiva utilizada.

Em (6), (7) e (8), exemplificamos¹³ respectivamente os três casos:

- (6) (a) "a roda virando movimenta o eixo dela que por *sua* vez movimenta outras engrenagens..." (NURC/SP);
- (b) "os rapazes berram e berram porque to/... na *sua* maioria são pais de família (...)" (NURC/SP);
- (7) "você no teatro é tudo (...) você vai interpretar os maiores gêneros de vida você vai conseguir focar para *sua* própria vida..." (NURC/SP);
- (8) "eu tenho sido procurado como diretor do Colégio ... Sion ... por alguns pais que estranha a circunstância que esta escola (...) não tenha o:: ensino de religião entre as *suas* disciplinas curriculares ..." (NURC/SP).

Como um primeiro exame dos dados do *corpus* de Almeida apontava para uma possível correlação entre a escolha da forma possessiva *seu* ou *dela* e o tipo de denotação do sintagma nominal antecedente, a autora classificou estes sintagmas conforme seu tipo semântico, ou seja, conforme o tipo de denotação que possuíam em seu respectivo contexto. A grade conceitual utilizada por Almeida

para classificar o tipo semântico de cada sintagma nominal antecedente está relacionada abaixo em (9) - (11), juntamente com as definições utilizadas para cada conceito e com exemplos ilustrativos:

- (9) sintagmas nominais específicos: nomes próprios e sintagmas nominais definidos e indefinidos com referência específica. Exs.:
- (a) "(...) foi a primeira peça que o **Ziembinski** apresentou em toda a vida *dele* na carreira *dele*..."(NURC/SP);
- (b) "L2 (...) então eles não aceitam muito a **pajem** né para ch... aliás não é pajem é arrumadeira mas L1 ()
L2 quer dizer não é só não vive em função deles mas de manhã ... a única função *dela* é me ajudar com eles..." (NURC/SP).
- (10) sintagmas nominais não-específicos: sintagmas nominais definidos e indefinidos que não possuem uma referência específica. Exs.:
- (a) "(...) **O CIDADÃO**... não adianta... quer ir a um clube e não pode quer ir fazer uma viagem e não pode... principalmente que... em se falando de viagem existem outros problemas piores... é o medo... de um bandido ... de um desgraçado ... acabar com a vida da família *dela* num desastre... numa estrada" (NURC/SP);
- (b) "você vê nas ruas eh:: os tipos mais disparatados desde o inglês tradicional com *seu* chapéu (...)" (NURC/SP);
- (c) "... às vezes um estudan: um rapaz que paga *seus* estudos com sacrifício ele não pode ter dinheiro nunca para ir ao teatro..." (NURC/SP).

- (11) sintagmas nominais genéricos: sintagmas nominais que têm por referência uma classe e não um ou mais indivíduos ou entidades específicas. Exs.:
- (a) " (...) o **telégrafo** vai até perdendo *sua* importância" (NURC/SP);
- (b) "acho que a **televisão brasileira** (...) irá encontrar *seu* caminho" (NURC/SP).

Os tipos semânticos dos sintagmas nominais foram então colocados em correspondência com a forma possessiva utilizada para sua retomada e os resultados obtidos, expressos na tabela 5, apontam para indícios de que estas formas estariam se especializando segundo o eixo semântico da referencialidade. Numa primeira aproximação, poderíamos dizer que a forma *seu* retoma sintagmas nominais não-referenciais¹⁴, enquanto que a forma *dele* tende a retomar sintagmas nominais referenciais, como se pode verificar na tabela 5.

POSSESSIVO	ANTECEDENTE		
	específico	não-específico	genéricos
dele	76%	54%	6%
seu	24%	46%	94%

Tabela 5: Tipo semântico do sintagma nominal antecedente e forma possessiva correspondente a sua retomada (cf. Almeida, 1993).

Os resultados obtidos na tabela 5 são muito claros nos dois extremos do que se poderia chamar de "níveis de referencialidade": os sintagmas nominais específicos são quase sempre retomados pelas formas *dele* (76% das ocorrências), ao passo que os sintagmas nominais genéricos são em sua esmagadora maioria retomados pela forma *seu* (94% das ocorrências).

Esta classificação dos sintagmas nominais em relação ao tipo de referência que realizam não é sem problemas, tanto teórica, quanto empiricamente. No plano teórico, a discussão sobre a denotação dos sintagmas nominais tem uma história longa e rica. Quanto aos problemas empíricos desta classificação, eles aparecem porque nem

sempre é evidente como classificar a denotação de um sintagma nominal em um determinado contexto. No trecho em (12), por exemplo, o SN "um cinturão de couro" seria um não-específico ou um genérico? Já em (13), "o sujeito" seria específico ou não-específico?

- (12) "...esse indivíduo tinha um cinturão de couro... não sei se vocês já viram isso nas ruas de São Paulo... não é? tem um cinturão de couro que tem nos calcanhares uma espécie de esporão no... no -- eu acho que isso não há mais nas ruas de São Paulo porque (...)"(NURC/SP)¹⁵;
- (13) "o sujeito monta uma fábrica na beira de um rio né? (...) quer dizer em primeiro lugar... entende? vêm as *suas* preocupações pessoais (...)"(NURC/SP).

Os resultados referentes aos sintagmas nominais não-específicos, em que as percentagens são aproximadamente iguais para ambas as formas possessivas, são provavelmente decorrentes dos problemas da grade classificatória adotada, pois nesta classificação estão incluídos tanto alguns SNs quantificados, como é o caso de (14) quanto alguns SNs cujas denotações escapam às classificações usuais e que não são iguais uns aos outros, como (15) e (16):

- (14) "há 30% dos alunos que dispõem de boas escolas... próximas à *suas* casas..." (NURC/SP);
- (15) "o indivíduo põe um capital todo *dele* em investimentos..." (NURC/SP);
- (16) "o artista que pode se ver diariamente numa telenovela ... ela verá logo *seus* cacóetes..." (NURC/SP).

Estes fatos indicam a necessidade de uma classificação semântica mais precisa e adequada ao fenômeno estudado, principalmente para a classe de antecedentes classificados como possuindo denotações não-específicas¹⁶. Ainda assim, a classificação adotada é bastante útil para uma primeira abordagem dos dados e verifica de uma maneira no mínimo indicativa, a possibilidade de

uma relação entre o tipo de denotação do sintagma nominal antecedente e a escolha de uma ou de outra forma possessiva.

Para tentar um primeiro esclarecimento sobre o comportamento dos sintagmas nominais não-específicos vamos examinar mais atentamente a relação anafórica estabelecida entre um antecedente quantificado e a forma possessiva que o retoma. Esta escolha deve-se ao fato de que os sintagmas nominais quantificados são, na quase totalidade de seus usos, não-específicos, no sentido de que não apontam para entidades determinadas, únicas e específicas no "mundo"¹⁷. Estes sintagmas são, portanto, bastante interessantes para um exame mais aprofundado da relação entre o tipo de denotação do antecedente e a forma possessiva que é escolhida para retomá-lo exatamente na faixa em que os primeiros resultados se mostram nebulosos.

A tabela 6 mostra que este caminho parece apropriado, pois a homogeneidade dos seus resultados chama a atenção: sempre que o antecedente é um sintagma nominal quantificado, a forma possessiva escolhida para retomá-lo é a forma *seu*¹⁸.

FORMAS POSSESSIVAS	<i>seu(s)/sua(s)</i>	<i>dele(s)/dela(s)</i>	TOTAL
nº de ocorrências	10	0	10
percentagem	100%	0%	100%

Tabela 6: Antecedentes quantificados e a forma possessiva correspondente (elaborada a partir do *corpus* de Almeida, 1993).

Semanticamente os sintagmas nominais quantificados determinam os valores que podem ser atribuídos aos pronomes que funcionam como variáveis presas a seus quantificadores. Nestes casos, vemos que o funcionamento de *seu* é um funcionamento de variável presa por um quantificador. Ilustramos este fato em (17) e (18):

- (17) "aquilo que a gente vê em filmes ou em fotografias: **todo mundo** ali à beira da calçada tomando *seu* chopes..." (NURC/SP);

(18) "tem que cada um pegar *sua* lancheira..." (NURC/SP).

Os resultados da tabela 5 são um tanto mais complexos. Começamos por tentar interpretar suas partes bem comportadas - a retomada dos sintagmas nominais específicos e dos sintagmas nominais genéricos.

Os SN's classificados como específicos denotam sempre indivíduos determinados e, conseqüentemente, é muito improvável que tenham um comportamento de sintagmas nominais cujos operadores prendem variáveis - eles estabelecem usualmente uma relação de correferência com o possessivo. Desta forma, temos uma primeira pista para interpretar a preferência destes sintagmas por uma retomada com *dele* (76%), que é a forma referencial por excelência.

Já uma primeira explicação para o comportamento dos genéricos (94% de ocorrências com retomada por *seu*) seria o fato de que estes nunca são referenciais no sentido de apontarem para um único indivíduo específico e, portanto, não poderiam ser retomados pela forma *dele*. O comportamento do genérico é muitas vezes explicado pelos semanticistas como equivalente a uma quantificação universal. Em (19), por exemplo, o SN 'o telegrama comum' seria interpretado como 'todo telegrama comum' (Vx telegrama comum x) e a variável passa a percorrer todos os membros da classe dos telegramas comuns. Nem todos os semanticistas concordam com a possibilidade de se analisar o genérico como uma quantificação¹⁹, mas talvez esta seja uma primeira pista para a compreensão da semelhança de comportamento entre SN's quantificados e SN's genéricos.

(19) "o telegrama comum vai perder toda a *sua* importância diante do telefone, não é?" (NURC/SP).

Já o comportamento dos sintagmas classificados como possuindo denotações não-específicas, mostra que ainda há muito a ser pesquisado. Neste caso deixamos as questões em aberto para um aprofundamento futuro.

Os fatos empíricos expostos acima nos levam à hipótese de que possivelmente o que está ocorrendo com as formas possessivas de 3ª pessoa é uma **especialização** - *seu* seria a forma lexical escolhida para funcionar como variável presa; e *dele*, a forma escolhida para expressar correferência. Esta especialização não é apenas uma especialização "semântica", ou muito menos uma mudança no sentido destas duas palavras, mas é uma diferença para a qual a gramática da língua está atenta.

Neves (1993), em um recente trabalho sobre os possessivos, realiza um levantamento quantitativo cuidadoso da ocorrência de formas possessivas no *corpus* mínimo estabelecido pelo Projeto da Gramática do Português Falado²⁰, que confirma nossa afirmação de que, pelo menos para a norma urbana culta falada, é bastante arriscado falar em um desaparecimento ou mesmo em um processo de substituição da forma possessiva *seu* em seu uso de 3ª pessoa pela forma *dele*. Em seu quadro 2 (p.156, *op. cit.*), Neves compara a ocorrência das formas possessivas *seu* e *dele* para os diferentes tipos de discurso documentados pelo Projeto NURC. É surpreendente notar que a nível nacional em todos os tipos de discurso, mesmo nos mais informais, a forma *seu* é a mais freqüente, formando aproximadamente 70% das ocorrências das formas possessivas de 3ª pessoa.

Silva (1984) em um estudo sociolinguístico extremamente cuidadoso sobre a distribuição das formas possessivas *seu* e *dele*, cujo *corpus* compõe-se de gravações de entrevistas com universitários e com estudantes do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), tratando-se, portanto, de um *corpus* de composição diversa dos *corpora* do Projeto NURC utilizados por Almeida e Neves, encontra 25% de ocorrências da forma *seu* no total das formas possessivas de 3ª pessoa, percentagem ainda bastante significativa e da qual não nos parece possível inferir o desaparecimento deste possessivo da língua oral no PB.

Outro dado interessante da pesquisa de Silva é que não há diferença quantitativa significativa entre o uso das duas formas possessivas de 3ª pessoa entre níveis culturais tão diferentes quanto estudantes universitários e estudantes do MOBREAL. Este resultado

nos permite imaginar que não se trata de uma escolha relacionada ao nível cultural do falante e que por esta razão poderemos relacionar, em muitos casos, os dados de Silva aos outros dados obtidos em pesquisas que fazem uso dos *corpora* do Projeto NURC.

Já em seu estudo específico sobre a relação entre a "definitude" do antecedente e a variação entre *seu* e *dele*, Silva (1991) desmembra esta categoria em cinco variáveis linguísticas: inanimado, sem referência, não específico, abstrato, forma indefinida. Seus resultados, a nosso ver, poderiam ser interpretados na mesma linha dos obtidos por Almeida (nossa tabela 5), pois estes antecedentes favorecem o uso de *seu*. Podemos inferir, com base nas definições da autora, que estes antecedentes serão, em sua maior parte, genéricos ou não-específicos.

De qualquer modo, parece-nos prudente, num primeiro momento, examinar com mais detalhe apenas os dados relativos à cidade de São Paulo, pois não é evidente que as conclusões obtidas para este *corpus* possam ser estendidas, sem o devido cuidado, para todo o Brasil. Essa cautela é justificada pela observação dos dados de Neves, nos quais a proporção de ocorrências das formas *seu* e *dele* é muito dispar entre as diferentes cidades e para os diferentes tipos de discurso de uma mesma cidade.

Nossos dados, que estão de acordo com os dados de Neves e Silva, mostram que não se pode pensar em uma substituição de *seu* por *dele*. Cerqueira (1993) levanta a hipótese de que um enfraquecimento geral da concordância no PB estaria causando um enfraquecimento da concordância interna do SN, acarretando o desaparecimento de *seu*, analisado como concordância de pessoa. Ao contrário, pensamos que o que está ocorrendo é uma especialização das formas *seu* e *dele* em relação ao grau de referencialidade do antecedente: *seu* seria uma forma pronominal com comportamento de variável presa e *dele* seria uma forma pronominal livre.

3. Comentários finais

Neste trabalho tentamos mostrar que os levantamentos empíricos sobre o preenchimento/não preenchimento da posição de sujeito e a ocorrência das formas possessivas *seu/dele* não levam

necessariamente à conclusão de que o PB está caminhando para um preenchimento categórico do sujeito referencial e para um desaparecimento da forma possessiva *seu* como tem sido assumido por estudos que avaliam as mudanças em curso no português do Brasil. Mais ainda, tentamos mostrar que não há uma conexão causal necessária entre estes fatos e o fenômeno chamado de "enfraquecimento da concordância" no PB.

Nossa hipótese é a de que estaria havendo uma especialização no sistema pronominal do PB segundo o tipo de denotação semântica que se deseja expressar. O pronome *ele* e a forma possessiva *dele* são usados para expressar SN's referenciais²¹. A categoria vazia não arbitrária na posição de sujeito e a forma possessiva *seu* seriam usadas para expressar uma ligação anafórica entre estes SN's e seus antecedentes. Também afirmamos que nem a interpretação dos dados empíricos, nem sua interpretação dentro da teoria gerativa nos levam à conclusão de que o PB estaria se tornando uma língua sem a possibilidade de sujeito nulo, ou seja, o PB estaria deixando de ser uma língua pro-drop.

Se confirmada, nossa hipótese traz um novo modo de postularem-se as propriedades definidoras do parâmetro do sujeito nulo. Conforme já apontado por Huang, mais do que centrar tais propriedades na regularidade morfológica dos paradigmas de flexão, deve-se atentar para os mecanismos de identificação do conteúdo referencial das formas pronominais de uma determinada língua.

(Recebido em 12/09/1994. Aceito em 19/08/1995.)

NOTAS

- 1 (11), no artigo de Galves corresponde à seguinte estrutura, posteriormente reformulada:
[[INFL' PROi [INFL' Joana viu ti]]
- 2 No artigo, domínio de predicação refere-se à projeção máxima dentro da qual realiza-se a relação de predicação entre um predicado e um argumento.
- 3 O termo "sujeito nulo referencial" tem, no trabalho de Duarte (1993), o significado de uma cv que poderia alternar com o pronome *ele*. É neste sentido que o termo está sendo usado nesta seção.

- 4 Utilizamos "concordância" entre aspas para distinguir a marca morfológica, da categoria funcional concordância a que nos referimos na seção 2 deste artigo.
- 5 Os exemplos 1, 2 e 3 foram retirados do *corpus* de Negrão (1990). Seu *corpus* foi formado a partir de 10 entrevistas do tipo diálogo entre informantes, nas quais duas crianças estudantes de escola pública de São Paulo, capital, com idades entre 10 e 12 anos, eram instigadas a conversar entre si a partir de estímulos dados pelo pesquisador.
- 6 Estes fatos podem ser claramente observados no gráfico 5 em Duarte (1993).
- 7 Esta diferença precisa ainda ser examinada cuidadosamente.
- 8 Um(a) parecerista da D.E.L.T.A. discute a relevância do dado que mostra uma não correlação entre a perda de marcas de flexão numa certa pessoa e o preenchimento da posição de sujeito. Para ele(a), o que deve ser levado em conta é o efeito da quebra no paradigma por inteiro. No entanto, mesmo assim cremos que o contraste entre o total de preenchimentos da posição de sujeito entre verbos com marcas de flexão de 1ª pessoa do singular (80% das ocorrências na tabela 1) e verbos com marcas de 3ª pessoa do singular (58,4%) precisa ser explicado.
- 9 Na realidade, podemos dizer que nesses casos a posição de sujeito é vazia, ou seja, não é ocupada por nenhum SN, quer lexical, quer vazio.
- 10 Os exemplos 4 e 5 foram retirados do *corpus* de Negrão (1990).
- 11 Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa do PIBIC, convênio USP/CNPq, sob a orientação de Ana Lúcia Müller e Esmeralda Vailati Negrão. O *corpus* utilizado para a pesquisa de Almeida compõe-se das seguintes gravações do projeto NURC : 161, 377, 62, 333, 251, 360, 124, 380, 255, 396, 18, 137, 234 - todas feitas no estado de São Paulo. Para maiores detalhes sobre o Projeto NURC ver Castilho & Preti (1986).
- 12 Ver, por exemplo, o debate entre Mary A. Kato e Mario A. Perini na revista D.E.L.T.A., vol.1, nos 1 e 2 (1985), os artigos de Gisele Machline de O. e Silva (1984) e (1991) e, mais recentemente, o trabalho de Vicente Cerqueira (1993).
- 13 Os exemplos foram todos retirados dos *corpora* do Projeto NURC. A transcrição original estabelecida pelo projeto foi mantida. Acrescentou-se apenas o sinal (...) para significar que foi eliminado um trecho do texto considerado irrelevante para a questão que se está querendo exemplificar.
- 14 O trabalhos de Silva (1984) e (1991) apontam para uma correlação entre o uso de *seu* e o que a autora chama de "indefinitude". Parece-nos que o fenômeno percebido é o mesmo. Entretanto, a grade de análise utilizada aqui e as conclusões a que chegamos vão em sentido diferente.
- 15 Exemplo retirado de R. Ilari (1993).

- 16 Uma classificação da semântica dos determinantes das línguas naturais e, em particular para o português do Brasil, está ainda por ser feita (ver Ilari, 1993 para uma discussão inicial sobre esta questão).
- 17 "mundo" aqui deve ser entendido em sentido lato, como qualquer "mundo" ou qualquer "contexto".
- 18 Pode-se dizer que este resultado é também semelhante ao obtido por Silva (1984) e (1991), desde que se levem em conta as diferenças entre os paradigmas adotados.
- 19 Ver, entre outros, Carlson (1977) e Heim (1982), conforme apontado por um de nossos pareceristas.
- 20 Este *corpus* mínimo seleciona um representante de cada tipo de discurso dos *corpora* do Projeto NURC para cada capital (para maiores detalhes ver Castilho (1990), p.19).
- 21 Galves (1986) já chamava a atenção para este fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, A. B. (1993) Pronomes possessivos de 3ª pessoa no português falado de São Paulo. (*mimeo*).
- CARLSON, G. N. (1977) *Reference to Kinds in English*. Tese de doutorado. U.Mass., Amherst.
- CASTILHO, A. (org.) (1990) *Gramática do Português Falado*, vol. 1. Campinas: UNICAMP/FAPESP.
- CASTILHO, A. & D. PRETI (1986) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, vol. 1, *Elocuções Formais*. SP: Queirós/FAPESP.
- CERQUEIRA, V. C. (1993) A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (AGR) no português do Brasil. In I. ROBERTS & M. KATO (orgs.).
- DUARTE, M. E. L. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In I. ROBERTS & M. KATO (orgs.).
- GALVES, C. C. (1984) Pronomes e categorias vazias em português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 7: 107-136.
- _____(1986) A interpretação reflexiva do pronome no português do Brasil. *D.E.L.T.A.*, 2(2): 249-264.
- _____(1988) Objeto nulo e predicação: hipóteses para uma caracterização da sintaxe do português brasileiro. *D.E.L.T.A.*, 4(2): 273-290.

- _____(1989) O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 47: 65-90.
- _____(1993) O enfraquecimento da concordância no português do Brasil. In I. ROBERTS & M. KATO (orgs.).
- HEIM, I. (1982) *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Tese de doutorado. U.Mass., Amherst.
- HUANG, C. T. (1982) *Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar*. Tese de doutorado. MIT.
- _____(1984) On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15(4): 531-574.
- ILARI, R. (1993) Conteúdo semântico da noção de correferência. (mimeo)
- JAEGGLI, O. & K. SAFIR (1989) The Null subject parameter and parametric theory. In O. JAEGGLI & K. SAFIR (eds) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht:Kluwer.
- KATO, M. (1985) A complementariedade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini. *D.E.L.T.A.*, 1(1 e 2): 107-120.
- MÜLLER, A. L. (1993) A gramática das formas possessivas de 3ª pessoa. (mimeo).
- NEGRÃO, E. V. (1990) A distribuição e a interpretação de pronomes na fala de crianças da escola pública. Relatório de pesquisa financiada pela FAPESP (mimeo).
- NEVES, M.H.M. (1993) Possessivos. In A. T. CASTILHO (org.) *Gramática do Português Falado*, vol. 3. Campinas: UNICAMP/FAPESP.
- PERINI, M. (1985) O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *DELTA*, 1(1e 2): 1-16.
- POLLOCK, J. Y. (1989) Verb movement, UG and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20(3): 365-424.
- ROBERTS, I. (1993) O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In I. ROBERTS & M. KATO (orgs.).
- ROBERTS, I. & M. KATO (orgs.) (1993) *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht:Foris.
- _____(1986) Null objects in Italian and the theory of *Pro*. *Linguistic Inquiry*, 17(3): 501 - 557.
- SILVA, G. M. de O. e (1984) Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*, (78/79): 54-72.

- _____(1991) Um caso de definitude. *Organon*, 18(5): 90-108.
- TARALLO, F. (1983). *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado. University of Pennsylvania.
- WILLIAMS (1980) Predication. *Linguistic Inquiry*, 11(1): 203 - 238.